



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ODESSA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

ASSESSOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **05**:

Empenho contra a fome

Dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU), o de número 2 visa acabar com a fome e a desnutrição até 2030, garantindo que as pessoas, especialmente crianças, tenham alimentos suficientes durante todo o ano. O Brasil é signatário dos ODS, assim como outros 192 países.

A meta é ambiciosa – alguns diriam até utópica –, mas, aqui no Brasil, retomamos o caminho de combate à fome e estamos avançando contra esse flagelo. Em 2024, 2,2 milhões de lares saíram da insegurança alimentar, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), divulgada pelo IBGE na semana passada. Um recuo de 27,6% para 24,2% entre 2023 e 2024.

Os dados do IBGE foram divulgados menos de três meses após a FAO/ONU anunciar que o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome. O país já tinha deixado essa lista sombria em 2014, mas retornou em 2021.

Mesmo com o enfrentamento à fome como uma das prioridades do atual governo, ainda havia 6,48 milhões de pessoas, em 2024, atingidas por essa calamidade. O número – embora signifique o menor nível de brasileiros nessa situação desde 2004 – é absurdamente alto. E torna-se inaceitável em se tratando de um país que figura entre os principais produtores de alimentos do mundo.

Mas estamos vendo progressos. Isso nos dá esperança de, enfim, alcançarmos a segurança alimentar no nosso país. Se não até 2030, ao menos o mais próximo possível disso.

(Cida Barbosa, 16.10.2025.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio>. Adaptado)

01. Tendo como referência os dados apresentados no texto, pode-se afirmar sobre o enfrentamento da fome no Brasil que

- (A) o recrudescimento desse problema no país decorre da produção de alimentos, notadamente com limitações.
- (B) o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de número 2, da Organização das Nações Unidas, está prestes a ser atingindo.
- (C) o país tem se empenhado pouco para acabar com a fome, que deve atingir mais pessoas nas próximas décadas.
- (D) a insegurança alimentar se tornou problema de poucos, o que revela a sua superação antes da previsão da ONU.
- (E) o problema vem diminuindo, todavia ainda há um número expressivo de pessoas expostas à insegurança alimentar.

02. Na frase do 1º parágrafo “O Brasil é **signatário** dos ODS, assim como outros 192 países.”, o termo destacado indica que o Brasil

- (A) mantém relação informal com os ODS.
- (B) foi o país proponente dos ODS.
- (C) segue à margem da maioria dos ODS.
- (D) está comprometido com todos os ODS.
- (E) foi o último país a aceitar os ODS.

03. O termo destacado está empregado em sentido figurado em:

- (A) ... acabar com a fome e a **desnutrição** até 2030... (1º parágrafo)
- (B) ... e estamos avançando contra esse **flagelo**. (2º parágrafo)
- (C) O **país** já tinha deixado essa lista sombria... (3º parágrafo)
- (D) ... o **menor** nível de brasileiros nessa situação... (4º parágrafo)
- (E) ... enfim, alcançarmos a segurança **alimentar**... (5º parágrafo)

04. Considere as seguintes passagens:

- A meta é **ambiciosa** – alguns diriam até **utópica**... (2º parágrafo)
- Mesmo com o enfrentamento à fome como uma das **prioridades** do atual governo... (4º parágrafo)
- E torna-se **inaceitável** em se tratando de um país que figura entre os principais produtores de alimentos do mundo. (4º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) destemida; inverossímil; necessidades; insigne.
- (B) valorosa; plausível; emergências; inarredável.
- (C) corajosa; quimérica; primazias; inadmissível.
- (D) reservada; fantasiosa; obrigações; imprudente.
- (E) arrojada; prescindível; preferências; intolerável.

05. A colocação pronominal atende à norma-padrão em:

- (A) A meta de acabar com a fome é ambiciosa. Diria-se até que é utópica, segundo o ponto de vista de algumas pessoas.
- (B) Se estabeleceram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e o Brasil e outros 192 países são signatários dos ODS.
- (C) Caso não alcance-se a segurança alimentar no Brasil até 2030, ao menos que isso ocorra o mais próximo desse período.
- (D) Com os ODS, é esperado que se garantam alimentos suficientes durante todo o ano às pessoas, especialmente crianças.
- (E) Tendo divulgado-se os dados do IBGE, em 2025, foi constatado que o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome.

Leia o trecho da crônica de Kalaf Epalanga para responder às questões de **06 a 10**:

Banho de caneca

Não me canso, o angolano é o meu assunto favorito. Reparem bem, o lúcido afeto que lhe dedico é umbilical. E como o amor, ainda que cego, é exigente, não me furto a reconhecer que somos um povo subdesenvolvido com uma coragem arrebatadora, engenhoso no alto da sua miséria semi-institucionalizada, de sorriso aberto, mestre de esquemas e especialista na arte do banho de caneca. Desde muito cedo, desde o meu tempo da bola de gude e do bica bidon¹, que soube que o mundo cabe dentro de um alguidar com água, o mesmo no qual ainda hoje muitos chacoalham o seu amanhecer madrugador.

Ah, se essas bacias falassem! Realmente certas coisas são como andar de bicicleta, nunca se esquecem. Amanheci na minha Benguela² materna e me bastou ver aquela bacia repousando ao lado da sua eterna companheira, a caneca, para que as memórias se tornassem palpáveis. Não há lar, seja ele um palácio ou um barraco de adobe³ e pau a pique, que não exiba esse indispensável utensílio. Tão democrático e unificador que até hoje me espanto porque é que ainda não foi consagrado a monumento, talvez monumento seja exagero, mas o alguidar e a caneca já mereciam um semba⁴ que lhes servisse de ode. Sim, porque não são só as classes menos favorecidas que se dedicam a esse ritual. Todo o lar, seja ele de um ministro, de uma zungueira⁵ e até, por ironia, de um funcionário das Águas de Angola, desde que tenham torneiras no silêncio, conhecem a arte do banho de caneca.

(Kalaf Epalanga, *Minha pátria é a língua portuguesa: crônicas*, 2023)

¹ **Bidon**: brincadeira angolana em que um jogador, o “segurança”, precisa defender uma garrafa ou “bidon” (bidão) no chão, enquanto os outros jogadores tentam chutá-la.

² **Benguela**: cidade angolana.

³ **Adobe**: tijolo de argila.

⁴ **Semba**: movimento de dança que consiste no embate, de frente, entre dois dançarinos; umbigada.

⁵ **Zungueira**: vendedora ambulante.

06. De acordo com o texto, o retorno do narrador à cidade materna foi marcado

- (A) pela falta de água, como em sua infância, o que lhe trouxe a recordação da bacia e da caneca.
- (B) pelas recordações, dentre as quais ele destaca como referência cultural o banho de caneca.
- (C) pela saudade do semba, arte de sua terra que ele lamenta ser apreciada só pela classe alta.
- (D) pela comemoração à arte do banho de caneca, ao qual o povo consagrou um monumento.
- (E) pelas lembranças melancólicas do passado, como brincar de bola de gude e de bica bidon.

07. Na passagem do 1º parágrafo “... não me furto a reconhecer que somos um povo subdesenvolvido com uma coragem arrebatadora, engenhoso no alto da sua miséria semi-institucionalizada, de sorriso aberto, mestre de esquemas e especialista na arte do banho de caneca.”, o narrador

- (A) admite o subdesenvolvimento de seu povo, mas contrapõe a isso qualidades que reforçam seu comportamento resiliente.
- (B) visa enfatizar o caráter pouco maleável de seu povo, que provavelmente advém de sua condição de subdesenvolvimento.
- (C) contrapõe às qualidades de seu povo os defeitos, na intenção de justificar a dificuldade deste em lidar com as adversidades.
- (D) nega veementemente a ideia de que seu povo seja subdesenvolvido, já que tudo para este se mostra democrático e unificador.
- (E) questiona se o povo é, de fato, desenvolvido, uma vez que as estratégias deste para enfrentar os problemas sejam muito simples.

08. Considere as seguintes passagens:

- E **como** o amor, **ainda que** cego, é exigente, não me furto a reconhecer que somos um povo subdesenvolvido... (1º parágrafo)
- Todo o lar, seja ele de um ministro, de uma zungueira e até, por ironia, de um funcionário das Águas de Angola, **desde que** tenham torneiras no silêncio, conhecem a arte do banho de caneca. (2º parágrafo)

No contexto em que estão empregadas, as expressões destacadas estabelecem, correta e respectivamente, relações de sentido de

- (A) conformidade; causa; tempo.
- (B) comparação; causa; condição.
- (C) causa; oposição; condição.
- (D) comparação; finalidade; tempo.
- (E) causa; oposição; consequência.

09. A concordância e a regência estão de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Em Benguela, aqueles que se dedicam ao trabalho diário logo ao amanhecer contam, muitas vezes, com a bacia e a caneca.
- (B) A bola de gude e o bica bidon eram brincadeira da minha infância, as quais não me esqueço, por isso há bastante memórias em Benguela.
- (C) Ninguém discorda com a ideia de que os angolanos são um povo engenhoso, por isso se tornou mestre nos esquemas.
- (D) Quando está em silêncio as torneiras em Benguela, e as pessoas anseiam a um banho, recorrem à arte do banho de caneca.
- (E) Sempre soube, desde muito cedo, que cabe todas as coisas dentro de um alguidar. Por isso, a maioria delas a gente nunca esquece.

10. Considere as seguintes passagens:

- Reparem bem, o lúcido afeto que **lhe** dedico é umbilical. (1º parágrafo)
- Ah, se **essas bacias** falassem! (2º parágrafo)
- Sim, porque não são só as classes menos favorecidas que se dedicam a **esse ritual**. (2º parágrafo)

No contexto da crônica, as expressões destacadas têm como referências, correta e respectivamente:

- (A) povo; arte de banho de caneca; criação de uma ode.
- (B) assunto favorito; alguidar com água; consagração.
- (C) amor; miséria; memórias palpáveis.
- (D) angolano; amanhecer; arte do banho de caneca.
- (E) angolano; alguidar; banho de caneca.

11. Segundo informação publicada na página eletrônica da Secretaria da Saúde de Nova Odessa, o município recebeu, do governo federal, uma verba para ser aplicada em melhorias na saúde. De acordo com o secretário municipal de saúde de Nova Odessa, do montante total recebido, certo valor será utilizado em exames de alta complexidade para diagnósticos, e o valor restante, que corresponde à maior parte, será empregado em insumos de uso diário na UTI.

Sabendo que a razão entre as duas partes identificadas é $\frac{2}{3}$, o valor que será utilizado em exames de alta com-

plexidade corresponde, do total recebido, a

- (A) 25%
- (B) 30%
- (C) 35%
- (D) 40%
- (E) 45%

12. Em três dias, foram fabricadas 1.452 unidades de determinado produto. No segundo dia, foi fabricado o dobro do número de unidades fabricadas no primeiro dia, enquanto, no terceiro dia, foi fabricado o número de unidades fabricadas no segundo dia, acrescido da metade desse número.

O número de unidades que foram fabricadas no segundo dia foi

- (A) 726.
- (B) 484.
- (C) 376.
- (D) 363.
- (E) 242.

13. Certa verba recebida do governo estadual foi dividida entre três secretarias municipais de um mesmo município da seguinte forma: a terça parte da verba ficou com a secretaria 1; três quintos do que não ficou com a secretaria 1 ficou com a secretaria 2; o restante, que correspondia a 1,5 milhão de reais, ficou com a secretaria 3.

A verba recebida do governo estadual, em milhões de reais, foi de

- (A) 3,214.
- (B) 3,625.
- (C) 4,625.
- (D) 5,125.
- (E) 5,625.

14. A impressão de certa quantidade de material em uma gráfica é feita por impressoras do mesmo tipo, trabalhando ao mesmo tempo, e com a mesma capacidade de impressão. Para a impressão dessa quantidade de material, utilizam-se 4 impressoras trabalhando simultaneamente e de forma ininterrupta por 5 horas. Na última vez em que se produziu essa quantidade de material, utilizaram-se apenas 3 impressoras, pois uma das quatro impressoras estava falhando.

Sendo assim, o tempo utilizado para a impressão nessa última vez foi de

- (A) 3 horas e 45 minutos.
(B) 5 horas e 45 minutos.
(C) 6 horas e 20 minutos.
(D) 6 horas e 40 minutos.
(E) 7 horas e 6 minutos.
15. Fulano e Beltrano trabalham em regime diferenciado. A cada 4 dias sucessivamente trabalhados, Beltrano folga somente no dia seguinte, e a cada 6 dias sucessivamente trabalhados, Fulano folga somente no dia seguinte. No dia 01.03.2026, está previsto que ambos estarão de folga.

Sabendo que Fulano e Beltrano trabalham e folgam independentemente de os dias serem úteis ou não, o dia imediatamente após 01.03.2026 em que ambos estarão simultaneamente de folga será em

- (A) 02.04.2026.
(B) 03.04.2026.
(C) 04.04.2026.
(D) 05.04.2026.
(E) 06.04.2026.
16. A tabela a seguir apresenta algumas informações mensais, do último trimestre de 2025, sobre o controle de unidades de certo produto X em determinado estoque. Como pode ser identificado na tabela, três dados foram omitidos:

Controle de unidades do produto X em estoque (último trimestre de 2025)			
	Outubro	Novembro	Dezembro
Estoque inicial	280	210	
Consumo	420		580
Compra	350	600	
Estoque final	210	330	110

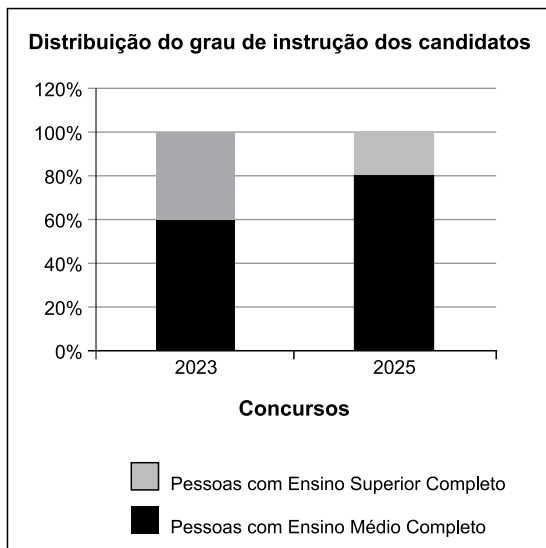
Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que a diferença entre o número de unidades consumidas em novembro e o número de unidades compradas em dezembro, do produto X, é de

- (A) 110 unidades.
(B) 120 unidades.
(C) 130 unidades.
(D) 140 unidades.
(E) 150 unidades.

17. Uma reportagem publicada em outubro de 2025 na internet afirma que, da quantidade de praias pesquisadas no Brasil, 69,3% estão contaminadas por microplástico.

Se, por meio da reportagem, é possível concluir que foram identificadas 710 praias contaminadas por microplástico, então é correto afirmar que a quantidade de praias pesquisadas é um número que está entre

- (A) 920 e 970.
 (B) 970 e 1.020.
 (C) 1.020 e 1.070.
 (D) 1.070 e 1.120.
 (E) 1.120 e 1.170.
18. O gráfico a seguir apresenta informações sobre a distribuição do grau de instrução dos candidatos inscritos nos concursos de 2023 e 2025 para cargos em um mesmo município:



Sabendo que o número de inscritos para o concurso de 2023 foi $\frac{4}{5}$ do número de inscritos para o concurso

de 2025, o número de inscritos com Ensino Superior Completo no concurso de 2025 correspondeu, do número de inscritos com Ensino Superior Completo no concurso de 2023, a

- (A) $\frac{1}{2}$
 (B) $\frac{4}{7}$
 (C) $\frac{5}{8}$
 (D) $\frac{2}{3}$
 (E) $\frac{7}{10}$

19. Considere 8 m^2 a área da superfície plana do tampo de uma grande mesa retangular de reuniões. Uma nova mesa, menor, foi fabricada com a medida da largura correspondendo a $\frac{3}{4}$ e a medida do comprimento correspondendo a $\frac{3}{4}$ das medidas de largura e comprimento da mesa original.

Sendo assim, a área da superfície plana do tampo da menor mesa é de

- (A) $6,0 \text{ m}^2$.
 (B) $4,5 \text{ m}^2$.
 (C) $4,0 \text{ m}^2$.
 (D) $3,5 \text{ m}^2$.
 (E) $2,0 \text{ m}^2$.
20. Considere a figura retangular ABCD:

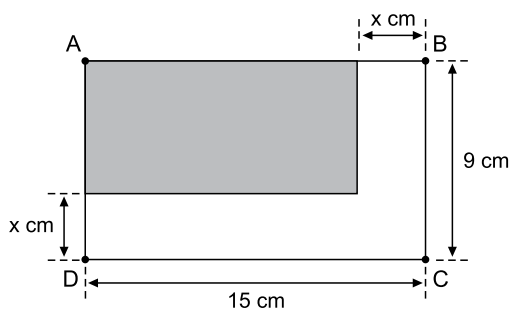


Figura fora de escala

Sabendo-se que a região plana escura, também retangular, tem perímetro de 36 cm , a área dessa região é de

- (A) 64 cm^2 .
 (B) 66 cm^2 .
 (C) 68 cm^2 .
 (D) 70 cm^2 .
 (E) 72 cm^2 .

LEGISLAÇÃO

21. Suponha que a Câmara Municipal de Nova Odessa pretenda aprovar uma proposição destinada a regular matéria político-administrativa de sua competência exclusiva, com efeito externo.

Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Orgânica Municipal, é correto afirmar que a referida matéria deve ser veiculada por meio de projeto de

- (A) resolução, aprovada pelo Plenário em um só turno de votação, a ser promulgada e sancionada pelo prefeito.
- (B) decreto legislativo, aprovado pelo Plenário em um só turno de votação, a ser promulgado e sancionado pelo prefeito.
- (C) decreto legislativo, aprovado pelo Plenário em dois turnos de votação, a ser promulgado pelo presidente da câmara, após a sanção do prefeito.
- (D) decreto legislativo, aprovado pelo Plenário em um só turno de votação, a ser promulgado pelo presidente da câmara, não havendo, nesse caso, sanção do prefeito.
- (E) resolução, aprovada pelo Plenário em um só turno de votação, a ser promulgada e sancionada pelo presidente da câmara, não havendo, nesse caso, sanção do prefeito.

22. Nos termos da Lei Orgânica Municipal, é correto afirmar que as terras públicas não utilizadas ou subutilizadas serão

- (A) destinadas exclusivamente para doação a pessoas vulneráveis cadastradas em programa municipal de casas populares.
- (B) destinadas prioritariamente a programas de incentivo ao estabelecimento de empresas de pequeno porte.
- (C) destinadas ao atendimento de programas assistenciais criados e aprovados pela Câmara Municipal.
- (D) usadas para a instalação de órgãos públicos destinados a atender necessidades prioritárias da população.
- (E) prioritariamente destinadas ao assentamento da população de baixa renda.

23. Considerando o disposto na Lei Orgânica Municipal, assinale a alternativa correta a respeito das obras e serviços municipais.

- (A) A permissão para a prestação de serviço público a título precário será outorgada por decreto do prefeito, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de licitação.
- (B) Nenhuma obra pública poderá ter início, ainda que no caso de extrema urgência, sem prévia elaboração de orçamento de seu custo, expressa autorização do chefe do Poder Executivo e demonstrativo dos recursos financeiros para atendimento das respectivas despesas.
- (C) Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos a regulamentação e fiscalização do Município, salvo quando concedidos em caráter permanente, incumbindo aos que os executam sua atualização e adequação às necessidades dos usuários.
- (D) As tarifas dos serviços públicos, que deverão buscar a máxima remuneração à Administração Pública, serão fixadas pelo Executivo por meio de decreto, que deverá prever os meios de reajuste anual das respectivas tarifas.
- (E) As tarifas dos serviços públicos prestados pelo Município serão fixadas pela Câmara Municipal, cabendo ao prefeito definir os serviços que serão remunerados abaixo do custo, tendo em vista interesse econômico e social da população.

24. Conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Odessa, é correto afirmar que a função de controle da câmara é de caráter

- (A) político-administrativo e exercida em relação ao prefeito, seus auxiliares diretos, assessores ou secretários municipais, Mesa do Legislativo e vereadores, excetuando-se os agentes administrativos sujeitos à ação hierárquica.
- (B) administrativo e exercida em relação aos auxiliares diretos, assessores, secretários municipais e agentes administrativos, excetuando-se o prefeito e vereadores, cujo controle é exercido pelo Poder Judiciário.
- (C) político e exercida em relação ao prefeito, seus auxiliares diretos, assessores ou secretários municipais e Mesa do Legislativo, excetuando-se os vereadores e os agentes administrativos sujeitos à ação hierárquica.
- (D) político-administrativo e exercida em relação ao prefeito, seus auxiliares diretos, assessores ou secretários municipais, Mesa do Legislativo e os agentes administrativos, excetuando-se os vereadores sujeitos à ação hierárquica.
- (E) político-administrativo e exercida em relação ao prefeito, seus auxiliares diretos, assessores ou secretários municipais, Mesa do Legislativo e vereadores, incluindo-se os agentes administrativos no exercício de sua função atípica.

25. No caso de um projeto de lei regularmente encaminhado às comissões permanentes, que possuem a competência para se manifestar sobre a respectiva matéria, tendo sido esgotados os prazos concedidos às comissões sem que haja manifestação delas sobre a matéria a elas encaminhada, o Regimento Interno da Câmara Municipal dispõe que

- (A) o projeto de lei será arquivado, cabendo recurso do parlamentar autor da proposição à presidência da Casa Legislativa no prazo improrrogável de 7 (sete) dias.
- (B) o presidente da câmara terá a prerrogativa de determinar de ofício a remessa da proposição diretamente ao Plenário para discussão e votação.
- (C) o presidente da câmara, de ofício, ou a requerimento de qualquer vereador, independentemente do pronunciamento do Plenário, designará um relator especial para exarar parecer dentro do prazo improrrogável de sete dias.
- (D) os demais projetos em tramitação na Casa Legislativa ficarão sobrestados até que as comissões permanentes se manifestem sobre a referida proposição.
- (E) o vereador autor da proposição ou o prefeito, no caso de projeto de iniciativa do chefe do Poder Executivo, poderá solicitar que seja estabelecido o prazo suplementar de 7 (sete) dias para que as comissões se manifestem sobre a proposição, sob a pena de o projeto ser encaminhado diretamente ao Plenário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. Suponha que os partidos de oposição na Câmara de Vereadores de determinado município tenham obtido 40% dos votos dos membros da Câmara para a apresentação de requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito. Suponha ainda que a lei orgânica municipal e a Constituição Estadual vigente preveem regramento sobre comissões parlamentares de inquérito equivalente ao contido na Constituição Federal. Neste contexto, imagine que o presidente da Câmara, após verificar que o requerimento não menciona o prazo de funcionamento da comissão, bem como não delimita objetivamente a temática referente a fato determinado a ser investigado, coloca em votação no Plenário da Câmara o requerimento, manifestando-se publicamente de forma contrária à aprovação do pedido, alegando que o pedido não atende aos requisitos constitucionais.

Com base na legislação nacional, é correto afirmar sobre a situação descrita que

- (A) desde que atendidos os requisitos constitucionais, é direito da oposição, mediante assinatura de ao menos 1/3 dos membros da Câmara, a criação da comissão de inquérito, não sendo necessária submissão do pedido ao Plenário.
- (B) não há previsão de atribuição ao Presidente da Câmara para verificação do preenchimento dos requisitos atinentes à instauração de comissão parlamentar de inquérito.
- (C) a aprovação em Plenário, por maioria simples, é necessária para a regular criação de comissões de inquérito que contem com assinaturas de menos de 50% dos membros da Câmara.
- (D) as comissões de inquérito devem possuir como temática a investigação de fato objetivamente determinado, mas não há previsão de que devam ser criadas por prazo certo.
- (E) ao se manifestar contrariamente à criação da comissão de inquérito, o Presidente da Câmara violou a Constituição, dado que as comissões de inquérito são instrumentos de proteção às minorias parlamentares.

27. Segundo prescreve a Constituição Federal, o município reger-se-á
- (A) por lei orgânica, a qual não poderá inovar em relação ao estabelecido na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.
 - (B) por constituição municipal, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
 - (C) por lei orgânica, votada em turno único e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a encaminhará para sanção pelo Chefe do Poder Executivo.
 - (D) por plano diretor, que não poderá inovar em relação ao estabelecido na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.
 - (E) por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
28. Sobre a forma federal de Estado e sua adoção no Brasil, é correto afirmar que
- (A) a forma federativa de Estado está prevista desde a primeira Constituição brasileira, outorgada em 1824.
 - (B) o federalismo brasileiro classifica-se como federalismo formado por agregação, do tipo dual.
 - (C) os municípios, em que pese sua importância histórica, apenas ganharam *status* formal de ente da Federação com a Constituição de 1988.
 - (D) as regiões metropolitanas podem ser consideradas como espécie anômala de ente da Federação.
 - (E) se trata de cláusula pétrea da Constituição, podendo ser suprimida mediante ação do poder constituinte derivado.
29. O plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana e é obrigatório apenas para todas as cidades com mais de
- (A) cinco mil habitantes.
 - (B) dez mil habitantes.
 - (C) quinze mil habitantes.
 - (D) vinte mil habitantes.
 - (E) cinquenta mil habitantes.
30. A empresa ABC Ltda. está em débito com o sistema da seguridade social há mais de um ano, sem causa de suspensão de exigibilidade da dívida, conforme apurado em auditoria da Receita Federal do Brasil. Apesar disso, a empresa participou de uma licitação pública para a construção de uma nova escola municipal e apresentou a proposta de menor preço. Além disso, a ABC Ltda. solicitou um incentivo fiscal junto ao governo estadual para a expansão de suas atividades.
- Com base na Constituição Federal, é correto afirmar que a existência de dívida exigível
- (A) impede a empresa de participar da licitação e de contratar com o governo, mas não de usufruir de incentivo fiscal.
 - (B) impede a empresa de usufruir de incentivo fiscal, mas não de participar da licitação e de contratar com o governo.
 - (C) impede a empresa de contratar com o governo, bem como de usufruir de incentivo fiscal.
 - (D) não impede a empresa de contratar com o governo, tampouco de usufruir de incentivo fiscal.
 - (E) implica na necessidade de apresentação de caução em dinheiro para a participação na licitação e contratação com o governo.
31. No Brasil, a Constituição prevê que a atividade de ensino é livre à iniciativa privada, _____.
- Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.
- (A) sem qualquer ressalva, por força do princípio da livre iniciativa e incentivo ao empreendedorismo
 - (B) porém, respeitado o poder de autorização e de avaliação de qualidade pelo Poder Público
 - (C) sendo obrigatório, porém, o ensino religioso, oferecido em respeito à diversidade de credos
 - (D) a quem cabe o dever de universalização da alfabetização e do acesso à educação da primeira infância
 - (E) desde que em regime de parceria necessária com o Poder Público, que comporá o conselho de ensino da instituição privada na condição de membro permanente

32. Suponha que, por iniciativa de vereador, seja aprovada, por maioria simples, lei municipal que assegure o direito de nomeação, dentro do prazo de 180 dias, para todo candidato que lograr aprovação em concurso público de provas, ou de provas de títulos, dentro do número de vagas ofertadas pela administração pública municipal.

É correto afirmar, com base na Constituição Federal e na jurisprudência dos tribunais superiores, que essa lei

- (A) fere a Constituição, por se tratar de matéria cuja aprovação exige maioria qualificada de dois terços.
- (B) fere a Constituição, pois cabe à União estabelecer normas gerais aplicáveis aos concursos públicos.
- (C) fere a Constituição, pois o momento da nomeação, dentro do prazo de validade do concurso, é de discricionariedade do administrador público.
- (D) está em consonância com a Constituição, pois prevê prazo compatível com o princípio constitucional da eficiência administrativa.
- (E) está em consonância com a Constituição, na medida em que limita a sua aplicação aos casos de aprovação dentro do número de vagas.

33. Suponha que o Chefe do Poder Executivo de Estado da Federação, visando modernizar e conferir eficiência à administração estadual, publique decreto reestruturando órgãos públicos, criando e extinguindo departamentos, criando e extinguindo cargos públicos.

É correto afirmar, com base na Constituição Federal que, nesse caso,

- (A) o princípio da separação de poderes assegura ao Chefe do Poder Executivo dispor, mediante decreto, sobre a organização da Administração, criando ou extinguindo órgãos.
- (B) em razão do princípio da eficiência, admite-se a criação de cargos e órgãos por iniciativa do Chefe do Poder Executivo, mediante decreto autônomo, mas a sua criação deve ser feita por decreto regulamentador.
- (C) a Constituição admite a extinção de órgãos e cargos mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, mas não a criação de órgãos e cargos.
- (D) a Constituição admite a criação e extinção de órgãos mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, mas não a criação e extinção de cargos.
- (E) a Constituição não oferece guarida à possibilidade de o governador criar cargos e reestruturar órgãos públicos, criando-os e extinguindo-os, por meio de simples decreto.

34. Suponha que um fiscal de trânsito, após multar um veículo por estacionamento irregular, determina a apreensão do carro sem que a lei preveja essa sanção para a infração cometida.

Nessa situação específica estar-se-á diante de ato administrativo

- (A) válido e eficaz.
- (B) que admite revogação por invalidade.
- (C) praticado com excesso de poder.
- (D) maculado por desvio de poder.
- (E) viciado por desvio de finalidade.

35. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio, são capazes, para fins de processo administrativo,

- (A) todos os brasileiros independentemente de idade.
- (B) qualquer pessoa residente no Brasil, independentemente de idade.
- (C) os maiores de dezesseis anos.
- (D) os maiores de dezoito anos.
- (E) os maiores de vinte e um anos.

36. Um determinado município da Federação pretende contratar, em comemoração ao aniversário da cidade, uma estátua em bronze do fundador do município, já falecido. Não há, porém, de antemão, por parte da Prefeitura, uma definição dos detalhes de como deve ser a obra de arte, cabendo esta proposição aos interessados em obter o comissionamento da obra.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) se trata de caso de dispensa de licitação por inviabilidade de competição.
- (B) se realizada licitação, poderá ser utilizado o critério de julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico.
- (C) se realizada licitação, deverá ser usado critério de julgamento por menor preço.
- (D) se trata de caso de dispensa de licitação, por tratar-se de objeto de contratação de natureza artística.
- (E) se realizada licitação, deverá ser usado critério de julgamento por maior desconto.

37. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 201/1967, é infração político-administrativa dos Prefeitos Municipais sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato
- (A) deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária.
 - (B) empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam.
 - (C) deixar de prestar contas anuais à Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e nas condições estabelecidos.
 - (D) conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei.
 - (E) captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.

DIREITO CIVIL

38. Considere que no dia 1º de junho de 2025, a Ouvidoria Municipal recebeu uma denúncia anônima de que Sofia, servidora pública do Município ABC, estava utilizando o computador do trabalho para praticar o “golpe do falso leilão” e que os valores por ela angariados eram divididos com Júlio, seu chefe imediato, que encobria a fraude. Sem realizar qualquer investigação preliminar, imediatamente Pedro, agente público, determinou que fosse instaurado processo administrativo em face de Sofia e de Júlio; a notícia se espalhou rapidamente por todo o Município, o que gerou danos à imagem dos denunciados. Ao final do processo, concluiu-se que a denúncia era infundada e que foi motivada por ciúmes de José, esposo de Sofia. No entanto, Sofia e Júlio sofreram prejuízos anormais e injustos com a instauração indevida do processo administrativo e agora precisam fazer tratamento para o transtorno de ansiedade generalizada.

Com base na situação apresentada e no disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar que

- (A) a decisão do processo poderia compensar Sofia e Júlio pelos prejuízos anormais e injustos experimentados, podendo, inclusive, ser celebrado compromisso processual entre os envolvidos.
- (B) como foi nítida a instauração indevida do processo administrativo, a decisão final do processo deverá determinar a compensação de Sofia e Júlio, o que, nesse caso, independe de motivação.
- (C) o agente público que instaurou indevidamente o processo administrativo responderá pessoalmente pelo ato, dispensando-se a prova de dolo ou erro grosseiro em face da flagrante ilegalidade.
- (D) em decorrência da flagrante ilegalidade na instauração do processo administrativo, a decisão final do processo deveria ter determinado a compensação material de Sofia e Júlio, a qual independe da prévia oitiva das partes.
- (E) ainda que comprovados os prejuízos anormais e injustos experimentados por Sofia e Júlio, não cabe compensação na esfera administrativa, devendo os servidores procurarem reparação na via judicial.

39. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei Complementar nº 95/1998.

- (A) As disposições normativas devem ser redigidas com clareza e, para tanto, recomenda-se utilizar frases longas.
- (B) Em face da importância e abstratividade que possuem, as disposições normativas devem ser dotadas de precisão e, para isso, deve-se grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, inclusive data e número de lei, para não restar quaisquer dúvidas.
- (C) A alteração das leis deve ser empreendida por meio da reprodução integral em novo texto, evitando-se a revogação parcial, pois esta dificulta a obtenção da ordem lógica nas disposições normativas.
- (D) Para que uma disposição normativa seja dotada de precisão, recomenda-se expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico.
- (E) O preâmbulo da lei deverá indicar o órgão ou instituição competente para a prática do ato, a sua base legal e a data da publicação.

40. A respeito da Reurb-S, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei da Regularização Fundiária (Lei nº 13.465/2017).

- (A) Como a Reurb-S se destina à regularização fundiária de núcleos urbanos informais ocupados por população de baixa renda, todos os registros do direito real de laje no âmbito da Reurb-S são isentos de custas e emolumentos.
- (B) Na Reurb-S, caberá ao Estado a responsabilidade de elaborar e custear o projeto de regularização fundiária e a implantação da infraestrutura essencial, quando necessária, uma vez que a população é predominantemente de baixa renda.
- (C) No âmbito da Reurb-S, a averbação das edificações poderá ser efetivada a partir de mera notícia, a requerimento do interessado, da qual constem a área construída e o número da unidade imobiliária, dispensada a apresentação de habite-se e de certidões negativas de tributos e contribuições previdenciárias.
- (D) A legislação elenca um rol taxativo dos legitimados ativos para requerer a Reurb-S: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta; os seus beneficiários, individual ou coletivamente; os proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores; e o Ministério Público.
- (E) Na Reurb-S, promovida sobre bem público, o registro do projeto de regularização fundiária e a constituição de direito real em nome dos beneficiários deverão ser feitos em dois ou três atos, a critério do ente público promovente.

41. Considere que trinta professoras aposentadas ajuizaram, em litisconsórcio ativo, uma ação em face do Município X requerendo o recebimento do Adicional de Produtividade, uma vez que ele, na verdade, não teria natureza indenizatória, mas sim remuneratória, já que todos os professores da ativa o recebiam no mesmo percentual, sem qualquer diferenciação. A ação foi julgada procedente e transitou em julgado. Em face disso, elas apresentaram cumprimento de sentença em face do Município X, contendo um único demonstrativo atualizado do crédito, o qual discriminava o nome completo e o CPF de cada uma das trinta exequentes, o índice de correção monetária utilizado e os juros aplicados.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) a Fazenda Pública será citada na pessoa de seu representante judicial para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, e nos próprios autos, impugnar à execução.
- (B) como foi apresentado o demonstrativo de crédito, o representante judicial da Fazenda Pública não poderá arguir a inexequibilidade do título.
- (C) se o representante judicial da Fazenda Pública apresentar pedido de limitação do litisconsórcio facultativo, o qual independe de fundamentação, o juiz deverá acatar o pleito.
- (D) o cumprimento de sentença apresentado não atende aos requisitos legais, pois deveria conter um demonstrativo de crédito para cada exequente, além de uma nova procuração especificamente outorgada para esta fase do processo.
- (E) se o representante judicial da Fazenda Pública requerer a limitação do litisconsórcio, tal pedido interrompe o prazo para impugnar a execução, que recomençará da intimação da decisão que o solucionar.

42. Assinale a alternativa correta sobre o Mandado de Segurança.

- (A) Admite-se a desistência do mandado de segurança a qualquer tempo, até após o trânsito em julgado, uma vez que se trata de prerrogativa da parte impetrante.
- (B) Como o mandado de segurança apenas é cabível contra atos praticados no desempenho de atribuições do Poder Público, não é cabível sua impetração em face de atos de gestão comercial praticados por administradores de empresas públicas.
- (C) O Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a exigência de contracautela para o deferimento de medida liminar em sede de mandado de segurança, sob pena de obstar o juízo de cognição sumária do magistrado.
- (D) O entendimento do Supremo Tribunal Federal é pacífico no sentido da constitucionalidade da lei que fixa o prazo decadencial para impetração do mandado de segurança, mas, em guinada jurisprudencial, passou-se a considerar inconstitucional a proibição de condenação em honorários de sucumbência.
- (E) Considerando o poder geral de cautela, a supremacia do interesse público e a segurança jurídica, a Corte Suprema entendeu que é constitucional a norma que impede ou condiciona a concessão de medida liminar na via mandamental, uma vez que não viola o princípio da inafastabilidade da jurisdição.

43. Considere que a Defensoria Pública da União impetrou um mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal em favor de uma cidadã que alegou não ter meios necessários para sobreviver, pois vive em situação de rua, está desempregada e tem três filhos. O mandado de injunção tem por finalidade regulamentar benefício assistencial que está previsto em lei há mais de dez anos e solicitar, imediatamente, a fixação do valor da renda básica no patamar de meio salário mínimo mensal até que o benefício seja devidamente regulamentado.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei do Mandado de Injunção, é correto afirmar que

- (A) o mandado de injunção não poderá ser conhecido, pois ele é cabível quando a falta total ou parcial de norma regulamentadora tornar inviáveis as prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, o que não se verifica no caso narrado.
- (B) o mandado de injunção não poderá ser conhecido, pois a Defensoria Pública não está no rol dos legitimados ativos, o qual é composto pelo Ministério Público, pelos partidos políticos com representação no Congresso Nacional e por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída.
- (C) recebida a petição inicial, será determinada a notificação do impetrado, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste informações, bem como a ciência do ajuizamento da ação ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada para que, querendo, ingresse no feito.
- (D) se o relator indeferir a petição inicial, desta decisão caberá agravo, em 5 (cinco) dias, para o órgão colegiado competente para o julgamento da impetração.
- (E) caso o pedido seja indeferido por insuficiência de provas, o mesmo legitimado ativo não poderá renovar a impetração, ainda que seja fundada em outros elementos probatórios.

44. Considere que a Associação Mais Saúde Ocular ajuizou uma ação civil pública em face da Seguradora ABC requerendo a nulidade de cláusula contratual que exclui da cobertura do seguro saúde as lentes intraoculares inerentes aos procedimentos de cirurgia de catarata realizada sob amparo do seguro saúde, e, conseqüentemente, o ressarcimento dos custos indevidamente imputados aos consumidores. No curso do processo de conhecimento, a referida associação foi dissolvida, por decisão judicial, e o Ministério Público a substituiu. Ao final da instrução, a ação foi julgada procedente, e a Seguradora ABC condenada a ressarcir os custos indevidamente imputados. Após quatro anos do trânsito em julgado da ação civil pública, Lúcia, consumidora beneficiada pela decisão, apresentou cumprimento individual de sentença.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) a substituição da associação autora pelo Ministério Público foi indevida, pois ao Parquet só é permitido assumir a titularidade ativa no caso de desistência infundada do autor da ação civil pública.
- (B) o cumprimento individual de sentença apresentado por Lúcia não será conhecido, já que a pretensão está prescrita, pois no caso se aplica o prazo prescricional de 1 (um) ano, considerando que o réu é uma seguradora.
- (C) a substituição da associação autora pelo Ministério Público foi indevida, pois ao Parquet só é permitido assumir a titularidade ativa se o Procurador Geral de Justiça for previamente ouvido e der a sua concordância.
- (D) Lúcia apresentou o cumprimento individual de sentença durante o lapso prescricional, que é de cinco anos.
- (E) o cumprimento individual de sentença apresentado por Lúcia não será conhecido, já que a pretensão está prescrita, pois no caso se aplica o prazo prescricional de 3 (três) anos, que é o previsto para a reparação civil.

45. A respeito do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinale a alternativa correta.

- (A) O TAC é considerado um negócio jurídico que tem eficácia de título executivo judicial, podendo ser celebrado entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas que possam vir a ser réus de uma ação civil pública.
- (B) O TAC pode envolver tanto pretensões inibitórias e preventivas quanto de remoção do ilícito, mas não se admitem pretensões ressarcitórias, as quais dependem da intermediação do Poder Judiciário.
- (C) As vítimas de evento danoso possuem legitimidade para executar individualmente o TAC firmado por ente público que verse sobre direitos individuais homogêneos.
- (D) Em decorrência da natureza dos direitos envolvidos em um TAC, não cabe renúncia pelo legitimado ativo, de forma que o espaço de transação entre as partes é pequeno, limitando-se a aspectos meramente formais do negócio jurídico.
- (E) O TAC, por ser um negócio jurídico bilateral, não pode versar sobre direitos coletivos ou individuais homogêneos, sob pena de sua nulidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

46. Considerando a interpretação da Legislação tributária, de acordo com o Código Tributário Nacional, devem ser interpretadas literalmente as disposições que versem sobre as seguintes matérias

- (A) suspensão do crédito tributário, outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- (B) exclusão do crédito tributário, cessação de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- (C) suspensão do crédito tributário, cessação de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias principais.
- (D) exclusão do crédito tributário, outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias principais.
- (E) suspensão do crédito tributário, cessação de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

47. Uma medida cautelar fiscal foi concedida à Fazenda Pública em procedimento preparatório. A Fazenda Pública propôs a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de setenta dias, contados da data em que a exigência se tornou irrecorrível na esfera administrativa.

Diante dessa situação hipotética,

- (A) cessa a eficácia da medida cautelar fiscal, pois deveria ter sido proposta a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de trinta dias.
- (B) somente deixará de ter eficácia se for julgada extinta a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, não sendo permitido à Fazenda Pública repetir o pedido pelo mesmo fundamento.
- (C) cessa a eficácia da medida, sendo permitido à Fazenda Pública repetir o pedido pelo mesmo fundamento, no prazo de trinta dias da data da decisão judicial.
- (D) somente deixará de ter eficácia se for julgada extinta a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, sendo permitido que esta repita o pedido pelo mesmo fundamento, no prazo de trinta dias da data da decisão judicial.
- (E) cessa a eficácia da medida cautelar fiscal, pois deveria ter sido proposta a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de sessenta dias.

48. A entidade assistencial Alfa é proprietária de dois imóveis: uma casa destinada às suas atividades assistenciais, e outra, locada para terceiros.

Considerando as disposições constitucionais constantes no art. 150, VI, alínea "c", e entendimento dos tribunais superiores, em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana,

- (A) ambos os imóveis são imunes, sem necessidade de comprovação da destinação do valor resultante da locação.
- (B) é imune apenas o imóvel no qual são realizadas as atividades assistenciais.
- (C) ambos os imóveis são imunes, desde que o valor resultante da locação seja aplicado nas suas atividades essenciais.
- (D) nenhum dos imóveis é imune, pois a entidade assistencial tem capacidade contributiva suficiente para arcar com os custos decorrentes dessas propriedades.
- (E) ambos os imóveis são imunes, desde que comprovada a vulnerabilidade financeira do locatário.

**DIREITO DO TRABALHO E
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

- 49.** Relativamente às fontes, aos princípios e aos métodos de interpretação, à integração e à aplicação do Direito do Trabalho, assinale a alternativa correta.
- (A) As convenções e acordos coletivos de trabalho são considerados fontes materiais heterônomas do Direito do Trabalho, pois decorrem da atuação das partes na produção normativa.
 - (B) Na aplicação das normas trabalhistas, observada a hierarquia normativa, o intérprete deve adotar o princípio da norma mais favorável ao trabalhador com objetivo de lhe proporcionar sempre a condição mais benéfica.
 - (C) O princípio da proteção, norteador do Direito do Trabalho, manifesta-se, entre outros, pelos critérios da aplicação da norma mais favorável, da condição mais benéfica e da primazia da realidade sobre a forma.
 - (D) A analogia e os costumes não são admitidos como formas de integração do Direito do Trabalho.
 - (E) As Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho podem criar obrigações trabalhistas que não estejam previstas em lei, tendo em vista a inaplicabilidade de hierarquia normativa nas relações de trabalho.
- 50.** No âmbito do Direito do Trabalho, considere as regras concernentes à renúncia e à transação dos direitos trabalhistas, à luz da Consolidação das Leis do Trabalho e da jurisprudência dominante e assinale a alternativa correta.
- (A) A renúncia de direitos trabalhistas é plenamente válida para as partes da relação de emprego, salvo disposição em contrário em norma coletiva.
 - (B) A transação que envolva direitos trabalhistas pode ser celebrada livremente entre empregado e empregador, seja por ato individual ou por norma coletiva.
 - (C) A renúncia expressa e voluntária de direitos trabalhistas pode ocorrer a qualquer tempo, desde que seja feita por escrito.
 - (D) O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado, sendo certo que o pedido de dispensa de seu cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.
 - (E) A renúncia tácita é admitida no Direito do Trabalho, desde que decorra de comportamento inequívoco do empregado que demonstre abdicação de seu direito.

RASCUNHO

RASCUNHO

